



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria Regional da República da 1ª Região

**1º PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE 2017 PARA PROVIMENTO DE VAGAS E
FORMAÇÃO DO QUADRO RESERVA DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR DA
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 1ª REGIÃO.**

Caderno de Provas

Nome do Candidato

Assinatura do Candidato

Número de Inscrição

Data

25/06/2017

INSTRUÇÕES.

1. O tempo de realização das provas será de **3h00 (três horas)**, incluído o tempo destinado ao preenchimento da Folha de Respostas e da Folha de Texto Definitivo.
2. A identificação do candidato será realizada mediante o preenchimento dos 10 primeiros caracteres, os quais correspondem, da esquerda para direita, aos seguintes dados: código identificador do curso (1º ao 3º caractere); tipo de prova (4º caractere); e número de inscrição (5º ao 10º caractere). Neste caso, será **0261** + número de **inscrição** do candidato.
3. Este caderno contém: **30 (trinta)** questões objetivas; **1 (uma)** questão discursiva; **1 (uma)** folha pautada em **30 (trinta)** linhas para rascunho; **1 (uma)** Folha de Respostas para as provas objetivas; **1 (uma)** Folha de Texto Definitivo, pautada em **30 (trinta)** linhas, para transcrição do texto definitivo da prova discursiva.
4. **Confira o caderno de provas assim que lhe for autorizado.** Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite imediatamente ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
5. É proibida a consulta a qualquer tipo de material, bem como o uso de aparelhos celulares e de outros aparelhos eletrônicos. O descumprimento desta determinação implicará a eliminação do candidato.
6. Durante a realização das provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do fiscal de sala.
7. **Em nenhuma hipótese haverá substituição** da Folha de Respostas ou da Folha de Texto Definitivo por erro do candidato.
8. Só serão consideradas as respostas transcritas na Folha de Respostas ou na Folha de Texto Definitivo.
9. Na Folha de Texto Definitivo identifique-se **apenas pelo número de inscrição**. Essa Folha de Texto Definitivo não poderá ser assinada ou rubricada nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que as identifique, sob pena de eliminação do candidato.
10. Somente será autorizado o candidato a levar consigo o caderno de provas 01 (uma) hora antes do seu término.
11. Os três últimos candidatos a terminar as provas deverão permanecer juntos no recinto, somente sendo liberados após os três terem entregado a Folha de Respostas, a Folha de Texto Definitiva e o caderno de provas, terem seus nomes registrados em Ata e estabelecidas suas respectivas assinaturas.

Direito Constitucional

1) Segundo decisões recentes do Supremo Tribunal Federal, o “princípio constitucional da presunção de inocência ou não culpabilidade” (art. 5º, LVII) não é violado em decisão que:

- a) Determina a execução da condenação penal de primeira instância, antes do julgamento da apelação.
- b) Determina a execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau recursal, desde que não sujeita a recurso especial ou extraordinário.
- c) Determina a execução se sentença penal condenatória de juiz de primeira instância, ainda que o recurso de apelação invoque nulidade processual.
- d) Denega habeas corpus contra decisão que determina o recolhimento à prisão de condenado pelo Tribunal de Juri, ainda que aviada a apelação.
- e) Denega habeas corpus contra decisão que determina o recolhimento à prisão de condenado em sentença de primeiro grau.

2) Não é requisito constitucional para integrar a carreira do Ministério Público:

- a) Ser bacharel em direito;
- b) Aprovação em concurso de provas e títulos;

- c) Ter a idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- d) No mínimo, três anos de atividade jurídica;
- e) Inamovibilidade.

3) Em decisão recente o STF pronunciou-se sobre a possibilidade do estrangeiro residente no Brasil ser favorecido com o benefício mensal de um salário-mínimo previsto no inciso V do art. 203 da Constituição Federal. Considerando a decisão e o texto constitucional, assinale a assertiva **falsa**:

- a) É devido ao idoso que comprove não possuir meios de prover à sua própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.
- b) É devido ao idoso, estrangeiro residente no país, que comprove não possuir meios de prover à sua própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.
- c) É devido à pessoa portadora de deficiência, estrangeira residente no país, que comprove não possuir meios de prover à sua própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.
- d) É devido à pessoa estrangeira residente no país portadora de deficiência a quem tenha sido reconhecida a condição de refugiado político.
- e) É devido à pessoa portadora de deficiência que comprove não possuir meios de prover à sua própria manutenção ou de tê-la

provida por sua família.	assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia.
4) São princípios gerais da atividade econômica, exceto: a) Função social da propriedade. b) Redução das desigualdades regionais e sociais. c) Soberania nacional. d) Defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação. e) Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sócios residentes no país.	e) Defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
	<i>Direito Administrativo</i>
5) Assinale aquela que não se inclui entre as funções institucionais do Ministério Público: a) Promover a ação penal pública e privada, na forma da lei. b) Exercer o controle externo da atividade policial, na forma da Lei Orgânica da Polícia Federal. c) Requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais. d) Zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços públicos em geral aos direitos	6) Quanto ao controle de legalidade do ato administrativo podemos afirmar: a) Quando é realizado no âmbito do próprio órgão responsável pela atividade controlada é denominado autocontrole. b) O controle é exercido pelo Poder Judiciário que poderá decidir se o ato é oportuno ou conveniente, desde que provocado. c) O controle de legalidade do ato administrativo é exercido exclusivamente pelo judiciário, enquanto o controle de mérito está reservado ao Poder Executivo. d) O Poder Judiciário poderá substituir o Administrador Público nos casos em que o ato administrativo for considerado equivocado. e) Não é passível de correção pelo Poder Judiciário o ato administrativo praticado dentro da

margem de discricionariedade fixada por lei.	memorial descritivo da área objeto da ação; II) relação das benfeitorias úteis, necessárias e voluptuárias, das culturas e pastos naturais e artificiais, da cobertura florestal, seja natural ou decorrente de florestamento ou reflorestamento, e dos semoventes; e III) discriminadamente, os valores de avaliação da terra nua e das benfeitorias indenizáveis. d) Os valores das benfeitorias úteis e necessárias deverão ser depositados em banco oficial previamente à propositura da ação de desapropriação. e) A ação de desapropriação, proposta pelo órgão federal executor da reforma agrária, será processada e julgada pelo juiz federal competente, inclusive durante as férias forenses.
7) Assinale a afirmativa incorreta quanto ao tema de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária: a) Intentada a desapropriação parcial, o proprietário poderá requerer, na contestação, a desapropriação de todo o imóvel, quando a área remanescente ficar: a) reduzida a superfície inferior à da pequena propriedade rural; ou b) prejudicada substancialmente em suas condições de exploração econômica, caso seja o seu valor inferior ao da parte desapropriada. b) A desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária pode ser proposta pela União e pelos estados e sempre será precedida de decreto declarando o imóvel de interesse social, para fins de reforma agrária. c) O laudo de vistoria e avaliação administrativa que instrui a petição inicial da ação de desapropriação conterá, necessariamente: I) descrição do imóvel, por meio de suas plantas geral e de situação, e	8) São bens da União, previstos na Constituição, exceto: a) Os recursos minerais, inclusive os do subsolo. b) As cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos. c) As ilhas oceânicas e as costeiras, mesmo que contenha sede de municípios. d) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

e) O mar territorial.	
9) Não se inclui entre as formas de provimento de cargo público: a) Promoção; b) Readaptação; c) Ascensão; d) Aproveitamento; e) Reversão.	e decididas pelo juiz nos limites de sua competência, sendo vedado às partes a instituição de juízo arbitral. c) Tramitando o processo perante outro juízo, os autos serão remetidos ao juízo federal competente se a União for parte e assim o requerer. d) A ação fundada em direito pessoal será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu. e) A execução fiscal somente será proposta no foro de domicílio do réu.
10) A competência territorial do Mandado de Segurança, em regra, se define: a) Pelo domicílio da Autoridade Coatora. b) Pelo domicílio do impetrante, se portador de deficiência. c) Pelo domicílio da pessoa jurídica de direito público a qual está vinculada a Autoridade Coatora. d) Pelo domicílio do impetrante, em todos os casos. e) Em matéria previdenciária, pelo domicílio do empregador.	12) Assinale a opção incorreta sobre litisconsórcio. a) O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença. b) No litisconsórcio passivo necessário, o juiz determinará ao autor que requeira a citação de todos que devam ser litisconsortes, dentro do prazo que assinar, sob pena de extinção do processo. c) Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo, sem necessidade de que todos sejam intimados dos respectivos atos. d) Quando a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes, o litisconsórcio será necessário.
<i>Direito Processual Civil</i>	
11) Assinale a questão verdadeira sobre competência: a) A competência é determinada exclusivamente pela Constituição Federal e pelas Constituições dos Estados. b) As causas cíveis serão processadas	

e) Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando entre as causas houver conexão pelo pedido ou pela causa de pedir.	responsáveis pelo processo tornar-se pai, ainda que não seja o único patrono da causa.
13) Assinale a alternativa incorreta sobre o Ministério Público no processo civil. a) Goza de prazo em quádruplo para manifestar-se nos autos. b) É intimado para intervir como fiscal da ordem jurídica nos processos que envolvam interesse público ou social. c) Atua na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais indisponíveis. d) Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, tem vista dos autos depois das partes. e) Exerce o direito de ação em conformidade com suas atribuições constitucionais.	15) A petição inicial não será indeferida quando: a) A parte for manifestamente ilegítima. b) Da narração dos fatos decorrer logicamente a conclusão. c) For inepta. d) Contiver pedidos incompatíveis entre si. e) O autor carecer de interesse processual.
14) Assinale a opção que não suspende o processo. a) A convenção das partes. b) Motivo de força maior. c) A arguição de impedimento ou de suspeição. d) Pela morte ou pela perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador. e) Quando um dos advogados	<i>Direito Civil</i> 16) Assinale a alternativa que não é pessoa jurídica de direito público interno: f) Os Territórios. g) As autarquias. h) Os Municípios. i) A União. j) As sociedades de economia mista. 17) Assinale a alternativa incorreta sobre os bens: a) Os bens naturalmente divisíveis não podem tornar-se indivisíveis por determinação legal. b) São bens imóveis o solo e tudo quanto a ele incorporar-se natural ou artificialmente. c) O complexo de relações jurídicas,

de uma pessoa, dotadas de valor econômico chama-se universalidade de direito. d) Os bens públicos não sujeitam-se a usucapião. e) Consideram-se fungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.	c) A coisa incerta deve ser indicada, ao menos, pelo gênero e pela quantidade. d) Nas obrigações alternativas, cabe ao devedor a escolha, salvo se não se estipulou outra coisa. e) Se, havendo dois ou mais devedores, a prestação não for divisível, cada um será obrigado pela dívida toda.
18) Assinale a opção verdadeira sobre negócios jurídicos: a) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia não devem ser interpretados estritamente. b) A boa-fé e os usos do lugar de sua celebração não devem ser utilizados na interpretação dos negócios jurídicos. c) Nas declarações de vontade, deve-se atender mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem. d) A validade da declaração de vontade depende sempre de forma especial. e) A capacidade do agente não importa na validade do negócio jurídico.	20) Assinale a opção verdadeira sobre mora: a) Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora desde sua notificação. b) Não havendo fato ou omissão imputável ao devedor, este não incorre em mora. c) Não havendo termo, a mora constitui-se somente mediante interpelação judicial. d) Considera-se em mora somente o devedor; nunca o credor. e) Mesmo se a prestação, devido à mora, tornar-se inútil ao credor, este não poderá enjeitá-la.
19) Assinale a opção falsa sobre obrigações: a) Nas obrigações de dar coisa certa, se a coisa se perder por culpa do devedor, este responde pelo equivalente, mais perdas e danos. b) Nas obrigações solidárias, presume-se a solidariedade.	<i>Direito Penal</i> 21) O princípio da insignificância exclui a: a) Antijuridicidade. b) Tipicidade objetiva. c) Tipicidade subjetiva. d) Culpabilidade. e) Conduta.

22) Assinale a alternativa correta: a) Todo crime é punido a título culposos. b) A inexigibilidade de conduta diversa afasta a tipicidade. c) A prescrição da pretensão punitiva extingue a antijuridicidade. d) O dolo na conduta do crime tentado é igual ao dolo na conduta do crime consumado. e) A presença do dolo eventual interfere na culpabilidade.	b) A emoção. c) A paixão. d) A embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos. e) N.D.A.
23) Assinale a alternativa incorreta: a) Os crimes de corrupção ativa e corrupção passiva estão previstos em tipos distintos. b) O particular, quando atua em concurso de pessoas com o servidor público, também responde pelo delito de peculato. c) Estagiário da Procuradoria Regional da República – 1ª Região é servidor público para fins penais. d) A devolução da vantagem indevida extingue a pena do crime de corrupção. e) O bem jurídico tutelado pelo crime de corrupção é a probidade na Administração Pública.	25) Assinale a alternativa incorreta: a) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados. b) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços. c) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, mesmo quando elementares do crime. d) Diz-se o crime tentado quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente. e) Diz-se o crime culposos quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.
24) Não exclui a imputabilidade penal: a) Ser o sujeito ativo da conduta menor de 18 (dezoito) anos.	<i>Direito Processo Penal</i> 26) Relatado um Inquérito Policial pela autoridade policial, o procurador da

República pode adotar uma entre as seguintes alternativas, exceto: a) Oferecer denúncia. b) Requerer o declínio. c) Recorrer para o Tribunal Regional Federal. d) Promover o arquivamento. e) Devolver para a autoridade policial, requisitando novas diligências.	c) Nos crimes de ação penal pública condicionada, a denúncia deve ser precedida de representação da vítima. d) Existente suporte probatório mínimo, o Inquérito Policial é dispensável para o oferecimento de denúncia. e) Recebida a denúncia, o réu terá toda oportunidade de se defender da imputação formulada.
27) Assinale a alternativa correta: a) O Inquérito Policial pode ser presidido pelo procurador da República. b) Antes do interrogatório policial, a autoridade policial deve advertir o investigado do direito constitucional ao silêncio. c) Os princípios do contraditório e da ampla defesa incidem de forma plena na fase do Inquérito Policial. d) A autoridade policial pode decretar a prisão preventiva do investigado para evitar destruição de provas. e) A autoridade policial pode promover o arquivamento do Inquérito Policial.	29) Assinale a alternativa correta: a) A prisão temporária não pode ser decretada para qualquer delito. b) Tramitando um processo de competência federal na Justiça Estadual, o réu, sob pena de preclusão, deve alegar na primeira oportunidade. c) A nulidade relativa não precisa de prova do prejuízo. d) A prisão em flagrante só pode ser decretada pelo Poder Judiciário. e) Peculato praticado contra a União é da competência da Justiça Estadual.
28) Assinale a alternativa incorreta: a) A denúncia deve descrever adequadamente a conduta criminosa. b) Considerando a denúncia inepta, o juiz deve abrir vista para o Ministério Público aditar.	30) São hipóteses de prisão preventiva, exceto: a) Garantia da ordem pública. b) Garantia da ordem econômica. c) Viabilizar acordo de colaboração premiada. d) Conveniência da instrução criminal. e) Assegurar a aplicação da lei penal.

Prova Discursiva

1. A prova discursiva consiste na proposição de 1(um) tema, baseado no conteúdo programático do Anexo II do Edital 01 – 2017, de 24 de maio de 2017.
2. O candidato deverá escolher apenas um dos temas sugeridos e **assinalar com X o tema** a ser redigido **na folha de texto definitivo**.
3. O texto discursivo deverá ter extensão **mínima de 20 (vinte) linhas e extensão máxima de 30 (trinta linhas)**, baseado em um dos três temas propostos.
4. A prova discursiva deve ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de **tinta azul ou preta**, indelével, vedado o uso de líquido corretor, caneta hidrográfica fluorescente ou similares.
5. Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na correspondente Folha de Texto Definitivo.
6. A Folha de Texto Definitivo será o único documento válido para avaliação das provas discursivas. A folha de rascunho constante deste caderno de provas é de preenchimento facultativo e não valerá para tal finalidade.
7. Na Folha de Texto Definitivo será atribuída nota 0 (zero) ao texto que contenha qualquer assinatura ou marca identificadora.
8. O candidato não deve amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar a Folha de Texto Definitivo, sob a pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de correção. Não haverá substituição da Folha de Texto Definitivo nem de parte dela por erro do candidato.

Temas da Prova Discursiva

Disserte, de forma sintética e objetiva, sobre um dos seguintes temas:

Tema 1: Alternativas possíveis ao membro do Ministério Público que recebe os autos de um inquérito policial relatado

Tema 2: O Ministério Público como custos legis no processo civil

Tema 3: *O sistema brasileiro de controle de constitucionalidade*